

*Coordenadoria
Estadual da Infância
e da Juventude – CEIJ*

*RELATÓRIO DE
AÇÕES*

2020/2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência
Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA

E DA JUVENTUDE – CEIJ

RELATÓRIO DE AÇÕES

2020/2021

Florianópolis, janeiro de 2022

Composição da CEIJ

Coordenadora

Desembargadora Rosane Portella Wolff

Cooperadores institucionais

Carolina Ranzolin Nerbass

Juíza Auxiliar da Presidência

Rodrigo Tavares Martins

Juiz Corregedor do Núcleo V, de Direitos Humanos

Cooperador Técnico

Juiz de Direito Evandro Volmar Rizzo

Juízes de Direito membros do Conselho Consultivo

Ana Cristina Borba Alves

Brigitte Remor de Souza May

Camila Coelho

Daniela Fernandes Dias Morelli

Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior

Elaine Cristina de Souza Freitas

Fabírcia Alcantara Mondin

Fernando Machado Carboni

Joana Ribeiro

Karina Müller Queiroz de Souza

Liana Bardini Alves

Liliane Midori Yshiba Michels

Márcio Rene Rocha

Marcos d'Ávila Scherer

Maria de Lourdes Simas Porto

Maycon Rangel Favareto

Raphael Mendes Barbosa

Ricardo Alexandre Fiuza

Rodrigo Vieira de Aquino

Simone Faria Locks

Surami Juliana dos Santos Heerd



Secretária

Lilian da Silva Domingues

Assistente Social

Equipe multidisciplinar

Cristine Pereira Tuon Sposito

Assistente Social

Danúbia Rocha Vieira

Assistente Social

Helena Berton Eidt

Psicóloga

Equipe administrativa

Bianca Maria Sebbem Lima

Oficial da Infância e da Juventude

Fernanda de Paula Colombo

Analista Administrativa

Henrique Freitas Espindola

Técnico Judiciário Auxiliar

Ana Luiza Muniz da Costa Fidélis (até julho/2021)

Estagiária de Administração

Geovane Cardoso (até maio/2021)

Estagiário de Administração

Sumário

1. APRESENTAÇÃO

2. PROGRAMAS

2.1 Programa Novos Caminhos

2.2 Depoimento Especial e Escuta Especializada – Lei n. 13.431/2017

2.3 Justiça Restaurativa

2.4 Projeto Conhecer para se Proteger

2.5 Ampliando Horizontes

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

3.1 Campanha Maio Laranja

3.2 ECA 30 anos

3.3 Campanha Setembro Amarelo

3.4 Participação na Palavra do Presidente

3.5 Pacto Nacional da Primeira Infância

3.6 Plano Executivo Estadual Socioeducativo

3.7 Grupo de Trabalho pela Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.8 Grupo de Trabalho – Provimento CN-CNJ n. 36/2014 e Recomendação CNJ n. 97/2021

4. CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CEIJ

4.1 Cursos

4.2 Eventos

4.3 Eventos realizados em 2020

5. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS EXTERNOS

5.1 Realizados em 2020

5.2 Realizados em 2021



APRESENTAÇÃO

1. Apresentação



“As crianças, quando estão bem cuidadas, são sementes de paz e esperança.

Não existe ser humano mais perfeito, mais justo, mais solidário e sem preconceitos que as crianças.”

Dra. Zilda Arns Neumann

Caros leitores, com alegria compartilhamos o relatório das ações realizadas pela CEIJ nos últimos dois anos.

A presente edição, de forma muito especial, comemora os 10 (dez) anos de existência da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, completos no mês de novembro de 2021. A trajetória percorrida revela o amadurecimento de projetos, hoje transformados em Programas, com impacto nas 111 comarcas existentes em Santa Catarina. Demonstra os desafios inerentes às políticas públicas na área da infância e juventude e ensina como a perseverança e a união de esforços encontram espaço para garantirmos a prioridade absoluta do nosso bem mais precioso, àqueles que representam o futuro da nação.

O biênio 2020/2021, que conviveu com o contexto sanitário de pandemia de covid-19, foi marcado pela necessidade de construção de respostas criativas ao modo de execução das atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria, bem como de adaptação do fluxo de trabalho diante das limitações provocadas pelo distanciamento social.

Diante de tantos desafios, a CEIJ trabalhou intensamente e em diversas frentes. No período mais crítico do distanciamento social, a equipe, sob a coordenação da desembargadora Rosane Portella Wolff, permaneceu atuando de forma exemplar no aprimoramento de normatizações, na construção de fluxos e protocolos, no planejamento de capacitações, em estudos relativos ao cumprimento das normas do Conselho Nacional de Justiça, na articulação institucional e interinstitucional, entre outros tão importantes ao delineamento estratégico dos programas, projetos e ações. Assim, não é demais aludir que, mesmo nesse período de inseguranças, incertezas e novas adaptações, o trabalho desenvolvido pela CEIJ logrou ganhos qualitativos.

Aos poucos, algumas das atividades presenciais relacionadas à execução propriamente dita dos projetos foram retomadas e outras foram adaptadas, a exemplo dos cursos profissionalizantes e serviços ofertados pelo Programa Novos Caminhos aos adolescentes acolhidos e dos cursos de capacitação de depoimento especial, que foram adaptados à modalidade de ensino a distância (EAD), com a utilização de metodologias interativas.

Resultado da contínua dedicação e esforços empreendidos, a desembargadora Rosane Portella Wolff, coordenadora estadual da infância e da juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi agraciada com o **Prêmio Nacional Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância**, concedido pela Prefeitura de Forquilha/SC, terra natal da médica fundadora da Pastoral da Criança, às autoridades e entidades que se destacaram no trabalho em favor de crianças e adolescentes.

É com esse espírito de constante superação e renovação que trazemos neste relatório as informações acerca das atividades desenvolvidas pela [Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude](#) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ/TJSC) no biênio 2020/2021.

Normatizada pela [Resolução TJ n. 13/2018](#), a CEIJ *é constituída* por 1 juiz auxiliar da Presidência e 1 juiz corregedor, na condição de cooperadores institucionais, e por 1 juiz de primeiro grau, com competência jurisdicional ou reconhecida experiência na área, como cooperador técnico. Dispõe de um conselho consultivo permanente, formado por juízes de primeiro grau com atuação na infância e juventude.

Possui como missão propor e implementar políticas públicas afetas à justiça da infância e da juventude na esfera do Poder Judiciário catarinense, e serve como órgão de apoio e integração intra e extrainstitucional, atendendo à prioridade absoluta estabelecida na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e, como visão, ser referência para o desenvolvimento de ações que garantam a efetividade do sistema de justiça da infância e da juventude.

Entre as inúmeras ações realizadas ao longo do biênio, não podemos deixar de destacar a campanha de celebração das três décadas do ECA, intitulada [ECA 30 Anos: A luta por direitos é atemporal](#). Mais do que um avanço legislativo, o ECA representa uma trajetória de luta pela proteção integral, que elevou crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos. Desenvolvida com o intuito de

informar, mobilizar e sensibilizar a sociedade acerca dos direitos das crianças e adolescentes, a campanha teve como principais produtos uma [página eletrônica](#) com matérias especiais, entrevistas, vídeos e publicações cuidadosamente selecionadas, além de uma edição especial do programa [Palavra do Presidente](#) e de uma extraordinária [revista digital](#) com o compilado de todas as matérias realizadas durante a campanha.

No âmbito do Programa Novos Caminhos, destacou-se a iniciativa de estruturação dos serviços de acolhimento com vistas a viabilizar o acesso digital das crianças e adolescentes. A pandemia jogou luz sobre a insuficiência de equipamentos de informática para que todos os acolhidos pudessem realizar as atividades remotas escolares e extracurriculares. Assim, uma ampla ação junto a empresas e pessoas físicas arrecadou 348 computadores para atender parte da demanda de todo o Estado.

Ressaltamos ainda os avanços obtidos com o atendimento psicológico, cujo investimento de R\$ 85.190,00, fornecido pela Fundação Esag, possibilitou a realização de 645 consultas em 2020. Para o próximo ano foram tomadas ações para ampliar o número de adolescentes atendidos, bem como de consultas, o que resultará no incremento do valor repassado pela Fundação Esag, que será de R\$ 150.000,00, bem como na [contemplação do programa para o recebimento de R\\$ 350.000,00](#), verba oriunda das prestações pecuniárias. O [programa completou 8 anos de existência em 2021](#), data celebrada em evento simbólico na Fiesc, com a participação dos representantes das instituições parceiras, em especial do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Ricardo Roesler, para quem “os jovens são como sementes, que requerem cuidados especiais e é isso que o programa faz. Futuramente, darão frutos das mais diversas formas”.

Na seara da implementação do depoimento especial há de se destacar como valioso feito neste biênio a publicação do [Manual de Referências Técnicas para Atuação no Depoimento Especial](#), que estabelece as diretrizes e condições essenciais para a realização dos procedimentos relacionados ao depoimento especial no âmbito do PJSC, bem como descreve a metodologia específica adotada pela instituição catarinense. Ainda, deu-se a edição da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 21/2020, que substituiu a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8/2018, reformulando regras do depoimento especial no PJSC. A Resolução Conjunta GP/CGJ n. 2/2021, que dispõe sobre a capacitação, a habilitação, a nomeação e o pagamento de

profissional que não pertença ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para a tomada de depoimento especial, foi publicada no mesmo período.

Ressalta-se ainda que a CEIJ promoveu, juntamente com a Academia Judicial, 7 edições do curso de depoimento especial aos magistrados, com a participação de 193 deles, e o curso de supervisão em depoimento especial para 68 servidores entrevistadores. Ademais, com o objetivo de assegurar que todas as comarcas tenham entrevistadores de depoimento especial, a CEIJ, juntamente com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Catarinense (ESMESC), passou a oferecer cursos para psicólogos e assistentes sociais externos ao quadro de pessoal do PJSC, a fim de capacitá-los para garantir a efetiva e bem-sucedida execução do depoimento especial de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violências.

Destaca-se também a continuidade ao processo de implantação da Justiça Restaurativa como política institucional, atuação da CEIJ em conjunto com outras coordenadorias e órgãos, por meio do [Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa](#). O último biênio foi marcado, principalmente, pelo planejamento e definição do formato das ações de assessoria às comarcas para o desenvolvimento de projetos locais de Justiça Restaurativa nos próximos anos.

Motivada pela iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em efetivar as diretrizes da Lei n. 13.257/2016, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância, a CEIJ também envidou esforços para auxiliar na realização do [Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul](#), que objetivou a adesão das diversas instituições dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi uma das instituições pactuantes, e, no momento, a CEIJ encontra-se em articulação com outras instituições para a construção do Plano Estadual, bem como com os diversos setores deste Tribunal para a criação da política interna relacionada ao tema.

Por fim, mesmo diante de um período tão desafiador, a CEIJ manteve-se incansável na luta pela garantia da prioridade absoluta de nossas crianças e adolescentes, seja por meio da adaptação dos projetos em curso ou do desenvolvimento de novos. Assim, encerramos o biênio com a certeza de que, com o apoio dos nossos magistrados, servidores e dos mais diversos atores da rede de proteção, podemos buscar alternativas e nos reinventar.

The background features a vertical gold bar on the left with a pattern of small grey dots. Below this, there are overlapping circles with diagonal stripes in shades of green and gold. A large, dark blue rounded rectangle occupies the lower half of the page, containing the text. A thin gold line runs horizontally across the page, just above the blue rectangle. The text '2. Programas' is written in a bold, white, sans-serif font, underlined with a white horizontal line.

2. Programas

2. PROGRAMAS

2.1 Programa Novos Caminhos



Atitudes que transformam

O [Programa Novos Caminhos](#) completou oito anos de existência em 2021, data singelamente comemorada em evento online realizado no dia 30/8/2021. Na ocasião participaram o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Juiz Marcelo Pizolati, o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Ricardo Roesler, a coordenadora da Infância e da Juventude, Desembargadora Rosane Portella Wolff, o diretor institucional e jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Carlos José Kurtz, e o advogado Paulo Marcondes Brincas, representando a Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina. Na cerimônia, a desembargadora Rosane Portela Wolff ressaltou que “mesmo com alguns percalços, nada impossibilitou que o programa colaborasse para a construção de uma vida autônoma e digna para os atendidos até aqui”.

O principal escopo do programa é proporcionar profissionalização e inserção no mercado de trabalho de adolescentes que se encontram ou já passaram por serviços de acolhimento. Através de cursos ofertados pelo SENAI e SENAC os adolescentes recebem educação profissional, desde noções básicas, como informática e postura profissional, até cursos técnicos que propiciam o exercício de uma profissão. Também são realizadas ações de vida saudável, tais como atendimentos psicológicos e odontológicos, e oficinas de nutrição. Fazem parte do Programa as seguintes entidades: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Associação dos Magistrados Catarinenses, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina, Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina, Associação Catarinense de Medicina e a Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência.

Embora desafiador, o biênio 2020-2021 trouxe à tona questões até então desconhecidas, que impulsionaram o desenvolvimento do programa, a exemplo da necessidade de estruturação dos serviços de acolhimento com equipamentos de informática. Com as medidas sanitárias decorrentes da pandemia, muitas atividades educacionais passaram a ser executadas de forma remota. A partir disso, identificou-se a precariedade da estrutura de informática nos serviços de acolhimento, pois muitos desses contavam com apenas um computador, utilizado pela equipe técnica. Para solucionar o problema, foram realizadas ações de sensibilização, que resultaram na doação de 348 equipamentos de informática, os quais receberam a manutenção pelo SENAI e posteriormente foram entregues aos abrigos, conforme demanda informada pelas equipes técnicas.

Quanto à profissionalização, o programa oferece educação básica e profissional, através de aprendizagem industrial e comercial, cursos técnicos, qualificação profissional, educação continuada e educação de jovens e adultos. Em 2020 foram realizadas 114 matrículas no SESI e SENAI e 32 matrículas no SENAC. Já em 2021, até o momento, foram efetivadas 273 matrículas no SESI e SENAI e 75 no SENAC. Em parceria com o SEBRAE, foram também realizadas oficinas visando estimular os adolescentes à reflexão sobre o projeto de vida a ser delineado, com os seguintes temas: Projeto de Vida: você tem um?; Laboratórios de Ideias; Viagem ao Mundo do Empreendedorismo; Relações Humanas, por que isso é importante?; e Empreendedorismo Digital e as profissões do futuro. Foram realizadas 754 matrículas.

Em que pese a crise que se instaurou com a pandemia, ainda foi possível inserir 129 jovens no mercado de trabalho em 2020 e, em 2021, até o presente momento, 117 jovens encontram-se em aprendizagem, estágio ou emprego efetivo. Para contornar os efeitos da pandemia, estão sendo realizados workshops remotos de sensibilização com empresas, a fim de apresentar o programa e obter maior colocação dos adolescentes no mercado de trabalho, além de cartas nominais aos empresários com a assinatura digital da Coordenadora Estadual da Infância e da Juventude.

No tocante às ações de vida saudável, no ano de 2020 foram realizadas 645 consultas psicológicas com foco na empregabilidade, totalizando um investimento de R\$ 85.190,00 fornecidos pela Fundação Esag. As restrições decorrentes da pandemia inviabilizaram alguns atendimentos, os quais seguiram as condicionantes do mapa de risco de cada região. Em 2021, até a conclusão deste relatório, foram realizadas 571 consultas. Entretanto, durante o último biênio intensificou-se a necessidade de ampliação dos cuidados à saúde mental dos adolescentes. Assim, com o avanço da vacinação, será possível atender mais jovens no próximo ano, especialmente com ações tomadas durante esta gestão para o incremento do recurso financeiro a ser destinado para o acompanhamento psicológico. O Programa Novos Caminhos foi contemplado com verbas oriundas das prestações pecuniárias geridas pelo Conselho Gestor da Conta Centralizada no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ademais, a Fundação Esag firmou o compromisso de aumentar o valor destinado ao atendimento psicológico no próximo ano. Tais ações possibilitarão dobrar o número de atendimentos aos jovens atualmente contemplados, pois o número de consultas atual é insuficiente para dar o adequado encaminhamento do jovem. Ainda, será possível expandir o número de adolescentes atendidos.

Pensando no bem-estar dos jovens, o programa oferece aos serviços de acolhimento oficinas de nutrição. No ano de 2020 foram realizadas duas oficinas e, em 2021, oito delas com a participação de 70 pessoas.

Ainda nas ações de vida saudável e cientes da importância da saúde bucal dos adolescentes, o Programa Novos Caminhos disponibiliza atendimento odontológico, nos consultórios do SESI. Em 2020 foram realizadas 184 consultas, com um investimento de R\$ 33.374,03. Em 2021, até o mês de setembro foram contabilizados 138 atendimentos odontológicos, tendo sido investidos R\$ 22.090,00.

1. Apresentação

Para melhorar o desempenho do programa, foi construído o módulo do Programa Novos Caminhos no CUIDA, o qual está em fase de testes e ajustes com a Assessoria de Informática.

Considerando a importância da qualificação das equipes que trabalham nos serviços de acolhimento, foi estruturado o curso “Projeto de vida e escolha profissional dos adolescentes em situação de acolhimento – Programa Novos Caminhos”. O objetivo é capacitar as equipes que atuam diretamente com os adolescentes para que saibam identificar os interesses, habilidades e oportunidades de crescimento pessoal e profissional destes jovens, além de instrumentalizar os alunos sobre as oportunidades e funcionamento do Programa Novos Caminhos. O início do curso está previsto para fevereiro de 2022.



NC ganha visibilidade em rede nacional



Oficina do Sebrae



Estruturação informática dos serviços de acolhimento. Foram doados 348 equipamentos.



Atendimento odontológico

“

“Depois que eu comecei a ter consultas com a Merlin eu melhorei muito meu ponto de vista. Está me ajudando bastante e só tenho a agradecer. Ela me ajudou a ver que nem sempre a culpa é minha, que tenho que olhar mais para mim porque eu sempre olhava para os outros e me deixava de canto. Isso acabava me deixando bem mal. Agora eu consigo me reconhecer”

”

Relato de um adolescente de 14 anos sobre o atendimento psicológico

Notícias

Ao completar 18 anos, acolhida deixa casa lar no litoral norte para cursar Direito
31/01/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/ao-completar-18-anos-acolhida-deixa-casa-lar-no-litoral-norte-para-cursar-direito>

Novos Caminhos expande atendimento psicológico para adolescentes na região da Serra
15/04/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/novos-caminhos-expande-atendimento-psicologico-para-adolescentes-na-regiao-da-serra>

Campanhas solidárias beneficiam instituições de acolhimento institucional no Sul
22/04/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/campanhas-solidarias-beneficiam-instituicoes-de-acolhimento-institucional-no-sul>

Setor empresarial e Poder Judiciário de SC alinham ações do programa Novos Caminhos
20/05/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/setor-empresarial-e-poder-judiciario-de-sc-alinham-acoes-do-programa-novos-caminhos>

A incrível história de Nelson Matheus, o Embaixador da Educação em Santa Catarina
13/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/a-incrivel-historia-de-nelson-matheus-o-embaixador-da-educacao-em-santa-catarina>

Programa Novos Caminhos promove reunião virtual para traçar metas durante a pandemia
20/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-promove-reuniao-virtual-para-tracar-metas-durante-a-pandemia>

Parceria garante computadores para jovens assistidos pelo Programa Novos Caminhos

01/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/parceria-garante-computadores-para-jovens-assistidos-pelo-programa-novos-caminhos>

Mais de 100 jovens do Programa Novos Caminhos recebem atendimento odontológico em SC

30/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/mais-de-100-jovens-do-programa-novos-caminhos-recebem-atendimento-odontologico-em-sc>

Jovens concluem curso ofertado pelo Programa Novos Caminhos no Alto Vale do Itajaí

06/11/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jovens-concluem-curso-ofertado-pelo-programa-novos-caminhos-no-alto-vale-do-itajai>

Adolescentes do programa Novos Caminhos recebem doação de computadores no Vale

27/11/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/adolescentes-do-programa-novos-caminhos-recebem-doacao-de-computadores-no-vale>

TRE catarinense doa mais de 800 equipamentos para o programa Novos Caminhos

17/12/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tre-catarinense-doa-mais-de-800-equipamentos-para-o-programa-novos-caminhos>

Campanha de inclusão digital do Programa Novos Caminhos mobiliza empresários de SC

12/01/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/campanha-de-inclusao-digital-do-programa-novos-caminhos-mobiliza-empresarios-de-todo-o-estado>

Doação de computadores tem mudado a rotina de crianças e adolescentes acolhidos

26/02/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/doacao-de-computadores-tem-mudado-a-rotina-de-criancas-e-adolescentes-acolhidos>

Programa Novos Caminhos doa computadores para entidades de acolhimento do Sul

09/03/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-doa-computadores-para-entidades-de-acolhimento-do-sul>

Na Serra, adolescentes do programa Novos Caminhos recebem nova doação de computadores

26/04/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/na-serra-adolescentes-do-programa-novos-caminhos-recebem-nova-doacao-de-computadores>

Novos Caminhos, mesmo com a pandemia, acelera ritmo de trabalho e comemora doações

27/04/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/novos-caminhos-mesmo-com-a-pandemia-acelera-ritmo-de-trabalho-e-comemora-doacoes>

Novos Caminhos: OAB catarinense vai dar apoio para inserir jovens no mercado de trabalho

04/05/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/novos-caminhos-oab-catarinense-vai-dar-apoio-para-inserir-jovens-no-mercado-de-trabalho>

Programa Novos Caminhos insere três adolescentes no mercado de trabalho no Meio-Oeste

27/05/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-insere-tres-adolescentes-no-mercado-de-trabalho-no-meio-oeste>

Programa Novos Caminhos entrega 81 computadores para casas de acolhimento no Oeste

02/06/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-entrega-81-computadores-para-casas-de-acolhimento-no-oeste>

Amparo psicológico oferecido aos adolescentes acolhidos teve continuidade na pandemia

07/06/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/amparo-psicologico-oferecido-a-adolescentes-acolhidos-teve-continuidade-na-pandemia>

Jovens do Novos Caminhos acolhidos em Videira e Curitibanos recebem nove computadores

18/06/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jovens-do-novos-caminhos-acolhidos-em-videira-e-curitibanos-recebem-nove-computadores>

Empregabilidade de jovens acolhidos é o tema de workshop no Alto Vale do Itajaí

07/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/empregabilidade-de-jovens-acolhidos-e-o-tema-de-workshop-no-alto-vale-do-itajai>

Adolescentes do Meio-Oeste de SC recebem computadores do Programa Novos Caminhos

26/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/adolescentes-do-meio-oeste-de-sc-recebem-computadores-do-programa-novos-caminhos>

Programa Novos Caminhos entrega computadores em abrigo da comarca de Lebon Régis

15/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-entrega-computadores-em-abrigo-da-comarca-de-lebon-regis>

Adolescentes do Novos Caminhos descobrirão o mundo da informática em curso na Serra

06/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/adolescentes-do-novos-caminhos-descobrirao-o-mundo-da-informatica-em-curso-na-serra>

Programa Novos Caminhos realiza live em comemoração aos seus oito anos de existência

20/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-realiza-live-em-comemoracao-aos-seus-oito-anos-de-existencia>

Programa Novos Caminhos beneficia 10 entidades com doação de 33 computadores no Sul

26/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-beneficia-10-entidades-com-doacao-de-33-computadores-no-sul>

Celebrado em evento na FIESC, Programa Novos Caminhos completa oito anos nesta segunda-feira

30/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/celebrado-em-evento-na-fiesc-programa-novos-caminhos-completa-oito-anos-nesta-segunda-feira>

Jovem desacolhido aos 18 anos tem dois empregos e demonstra sucesso do Novos Caminhos

31/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jovem-desacolhido-aos-18-anos-tem-dois-empregos-e-demonstra-sucesso-do-novos-caminhos>

Programa Novos Caminhos leva oficinas de nutrição para três casas de acolhimento no Estado

22/09/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-leva-oficinas-de-nutricao-para-3-casas-de-acolhimento-no-estado>

Novos Caminhos doa 18 computadores para oito casas de acolhimento da Grande Fpolis

24/09/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/novos-caminhos-doa-18-computadores-para-8-casas-de-acolhimentos-da-grande-fpolis>

Programa Novos Caminhos entrega computadores para casas de acolhimento no Alto Vale

06/10/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-entrega-computadores-para-casas-de-acolhimento-no-alto-vale-1>

Programa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina oferece cursos de capacitação para adolescentes que vivem em abrigos

07/10/2021

<https://globoplay.globo.com/v/9927584/>

Programa Novos Caminhos entrega 20 computadores para instituições da região de Itajaí

11/10/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/programa-novos-caminhos-entrega-20-computadores-para-instituicoes-da-regiao-de-itajai>

Jovens deixam aflorar criatividade para facilitar busca por oportunidades de trabalho

29/10/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jovens-deixam-aflorar-criatividade-para-facilitar-busca-por-oportunidades-de-trabalho>

Jovens do Novos Caminhos participam de oficinas de preparação para o mercado de trabalho

01/11/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jovens-do-novos-caminhos-participam-de-oficinas-de-preparacao-para-mercado-de-trabalho>

Judiciário de SC repassa cerca de R\$ 600 mil a projetos de grande relevância social
16/11/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/judiciario-de-sc-repassa-cerca-de-r-600-mil-a-projetos-de-grande-relevancia-social>

2.2 Depoimento Especial e Escuta Especializada – Lei n. 13.431/2017



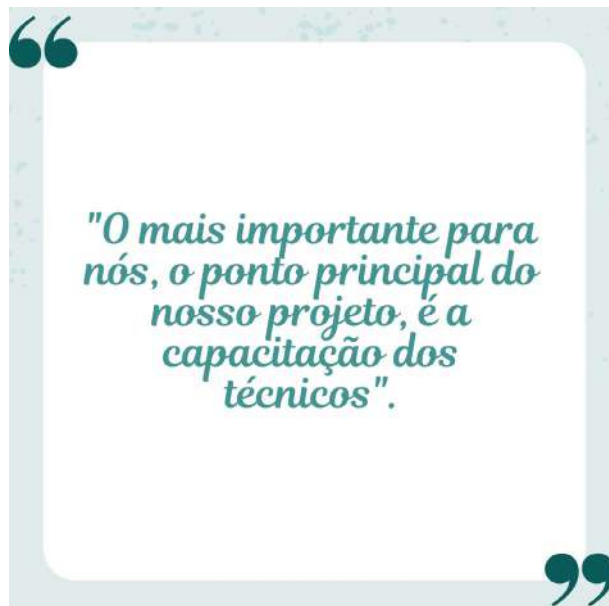
Identidade visual criada pelo
Núcleo de Comunicação Institucional do TJSC

A partir da promulgação da Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a CEIJ foi designada como unidade responsável pela estruturação do *Depoimento Especial* nas comarcas de Santa Catarina.

A legislação estabelece condições para a escuta protegida de crianças e adolescentes, visando à proteção e à preservação da memória das vítimas ou testemunhas, com a consequente melhoria da produção da prova. Além disso, objetiva que o tempo entre a realização da denúncia e a tomada de depoimento

seja mínimo, assim como restringem o número de intervenções realizadas com a criança e/ou adolescente, garantindo o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

A Lei n. 13.431 prevê a existência de infraestrutura e espaço físico apropriados ao depoimento especial (Art. 10), a utilização de protocolos de entrevista (Art. 11), a gravação do procedimento em áudio e vídeo (Art. 12 IV), a capacitação dos profissionais envolvidos de forma interdisciplinar e continuada (Art. 14 § 1º II) e ações articuladas da rede de atendimento, por meio de fluxos que promovam a integração entre os órgãos, o que pode evitar intervenções desnecessárias e prejudiciais à criança e/ou ao adolescente.



Enfatiza a psicóloga da CEIJ
Helena Berton Eidt

Assim, compõem o projeto da CEIJ a capacitação dos magistrados, servidores e profissionais externos, a adequação das salas onde o depoimento especial é realizado e a elaboração e publicação de normativas referentes ao tema, a fim de possibilitar a padronização de procedimentos nas comarcas.

Nos anos de 2020 e 2021 a CEIJ, juntamente com a Academia Judicial, a Corregedoria e demais diretorias deste Tribunal de Justiça (Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, Diretoria de Material e Patrimônio – DMP, Diretoria Geral Administrativa – DGA), permaneceu gradativamente com a implantação do depoimento especial de forma articulada

em todas as comarcas do Estado, tendo como prioridade a capacitação de magistrados, servidores e profissionais externos.

No ano de 2020, os cursos referentes ao tema foram direcionados para magistrados, psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e da juventude do Poder Judiciário catarinense. Todos oferecidos na modalidade a distância (EAD), em plataforma que permite a interação entre professores e alunos de forma síncrona.

O programa de capacitação denominado "Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial", destinado à formação de servidores entrevistadores de depoimento especial, apresenta os fundamentos científicos das boas práticas de entrevista investigativa com testemunhas e vítimas, utilizando uma metodologia teórico-prática que segue os parâmetros internacionais de capacitação de profissionais em técnicas de entrevista para a escuta de testemunhas e vítimas de situações das mais diversas naturezas. A capacitação que era oferecida em três etapas, totalizando 56 horas, passou à EAD (aulas síncronas), mantendo-se as três etapas, porém com 68 horas de curso online.

Em relação a este curso, em 2020 foram concluídas duas edições e em 2021 uma edição, ambas iniciadas ainda em 2019. Ademais, em 2021 houve a disponibilização de mais outra edição, iniciada e finalizada no decorrer do ano.

Para dar continuidade nas capacitações voltadas ao entrevistador, em 2020 foram oferecidas nove edições do "Curso de Supervisão em Depoimento Especial". Este curso possui como objetivo a revisão e a atualização dos fundamentos teórico-científicos e das normativas que regulamentam o depoimento especial, bem como o aprimoramento dos procedimentos técnicos e operacionais por meio da supervisão de depoimentos especiais realizados pelos alunos em processos judiciais, com análise minuciosa de cada etapa ante a metodologia adotada no procedimento (teoria e legislação).

Em relação à capacitação de magistrados, em 2020 e 2021, a CEIJ disponibilizou, em conjunto com a Academia Judicial, respectivamente 3 e 4 edições do "Curso de Depoimento Especial aos Magistrados". Destinado aos juízes que atuam/respondem por varas criminais, infância e juventude ou violência contra a mulher, o curso objetiva propiciar aos juízes participantes informações e ferramentas técnicas suficientes para a melhor condução possível dos processos e das

audiências de depoimento especial, em conformidade com a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017.

Além dos servidores, para dar cumprimento à Resolução Conjunta GP/CGJ n. 2 de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a capacitação, a habilitação, a nomeação e o pagamento de profissional que não pertença ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para a tomada de depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, foram oferecidos cursos a psicólogos e assistentes sociais externos ao quadro do PJSC. Esses cursos são realizados pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Catarinense (ESMESC), em parceria com CEIJ, com a mesma metodologia e estrutura dos cursos oferecidos pelo PJSC, às expensas do próprio profissional.

Na tabela abaixo podem ser visualizados os números relacionados aos cursos realizados em 2020 e 2021.

Profissional	Curso	Número de profissionais capacitados em 2020-2021
Magistrados	Curso de Depoimento Especial aos Magistrados	193
Servidores (psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e da juventude)	Curso Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial	9
	Conclusão do curso Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial (iniciado em 2019)	14
	Curso de Supervisão em Depoimento Especial	68
Profissionais externos (psicólogos e assistentes sociais)	Curso Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial	22

Concomitantemente às capacitações, deu-se continuidade à estruturação das salas onde o depoimento especial é realizado. Os diretores dos foros foram solicitados a indicar uma sala, avaliada pela DEA, considerando que o procedimento de depoimento especial deve ocorrer em ambiente adequado, em condições de segurança, privacidade, conforto e sem qualquer interferência de ruídos externos. As salas foram preparadas com equipamentos de gravação audiovisual, uma vez que o depoimento especial deve ser transmitido em tempo real para a sala de audiências, em conformidade com a Resolução n. 299, de 5 de novembro de 2019, do CNJ. A compra dos equipamentos seguiu os trâmites de licitação, aos cuidados da DTI e da DMP.

Na tabela abaixo podem ser visualizados os números relacionados à estruturação das salas de depoimento especial nas comarcas.

Situação das salas	Número de salas	Comarcas atendidas
Salas estruturadas	106	105
Salas semiestruturadas	5 (equipamento de som incompleto)	5
Salas aguardando reformas	2	1
Total	113	110

Sobre o regramento institucional houve em 2020 a publicação da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 21 de 25 de agosto de 2020, que reformulou a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8 de 24 de setembro de 2018, que delineava as diretrizes e condições essenciais para a realização dos procedimentos relacionados ao depoimento especial. Já em 2021 editou-se a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 2 de 11 de fevereiro de 2021, que regulamenta o profissional que não pertence ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, conforme supramencionado.

Para o detalhamento dos procedimentos previstos no depoimento especial, em 2020, conforme previsto no art. 17 da Resolução GP/CGJ n. 21/2020, foi disponibilizado pela CEIJ o [*Manual de Referências Técnicas para a Atuação no Depoimento Especial*](#), que aborda aspectos teóricos e práticos relacionados ao protocolo de entrevista escolhido e às normativas atuais.

Ademais, em 2020 iniciou-se o processo de revisão pelas instituições signatárias do Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional n. 93 de 2019, assinado entre o TJSC, o Ministério Público/SC e a Polícia Civil/SC, que objetiva evitar a repetição inadequada do depoimento de crianças e adolescentes, bem como o excessivo tempo de duração dos inquéritos e processos.

Notícias

Ceij propõe continuidade e expansão dos projetos voltados à infância e juventude
06/03/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/ceij-propoe-continuidade-e-expansao-dos-projetos-voltados-a-infancia-e-juventude>

Depoimento especial: a difícil missão de ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência

14/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/depoimento-especial-a-dificil-missao-de-ouvir-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia>

TJ reformula regras internas para ouvir jovens vítimas de violência em Santa Catarina

04/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tj-reformula-regras-internas-para-ouvir-jovens-vitimas-de-violencia-em-santa-catarina>

Painéis de “Business Intelligence” serão utilizados pela Ceij nos depoimentos especiais

28/01/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/paineis-de-business-intelligence-serao-utilizados-pela-ceij-nos-depoimentos-especiais>

Curso formará profissionais para atuar como entrevistadores em depoimento especial

07/04/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/curso-formara-profissionais-para-atuar-como-entrevistadores-em-depoimento-especial>

2.3 Justiça Restaurativa



A Justiça Restaurativa é apresentada ao Judiciário catarinense como modelo vivencial de justiça para satisfação das demandas e necessidades do jurisdicionado e humanização do atendimento, com potencial de redução da judicialização dos conflitos sociais.

Dando cumprimento às diretrizes e às orientações do CNJ, sobremaneira a [Resolução CNJ 225/2016](#) e a [Resolução CNJ 300/2019](#), e tendo por escopo a construção de uma Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário

de Santa Catarina, um órgão de referência interno em Justiça Restaurativa denominado [*Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa*](#) foi formalmente constituído em novembro de 2019 por meio da [*Resolução TJ n. 19/2019*](#).

O órgão é composto de desembargadores e desembargadoras coordenadores da Infância e da Juventude (CEIJ), da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (COJEPEMEC) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF).

Durante o primeiro semestre de 2020, o Comitê, coordenado pela desembargadora Rosane Portella Wolff, conforme a [*Portaria GP n. 2918/2019*](#), sistematizou o "Programa de Implantação da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário de Santa Catarina". Por meio dele, delineou-se um protocolo para implantação de projetos nas comarcas, contando com assessoria, capacitação e acompanhamento para aquelas unidades jurisdicionais em que o(a) magistrado(a) manifestar interesse.

Naquele momento, vislumbrou-se o pleno desenvolvimento de dez projetos em diferentes unidades jurisdicionais do Estado de Santa Catarina até o primeiro semestre de 2022, proposta eleita como um dos projetos prioritários da gestão 2020-2021, da Presidência deste Tribunal (Processo n. 0018432-33.2020.8.24.0710).

As ações foram, então, iniciadas na Vara da Infância e Juventude da Capital, na 1ª Vara de Jaguaruna e Juizado Especial Criminal, na 2ª Vara Criminal de Lages, na Vara Única de Bom Retiro e no Juizado Violência Doméstica e Familiar de São José, por reunirem condições imediatas para a implantação de projetos de Justiça Restaurativa.

Todavia, consequência das limitações inerentes às medidas sanitárias de distanciamento social instituídas em nosso país desde março de 2020, as atividades de assessoria precisaram ser suspensas. Isso porque a fundamental etapa de capacitação dos recursos humanos locais enquanto facilitadores de Justiça Restaurativa foi inviabilizada, uma vez incompatível com a modalidade de formação totalmente virtual. Tal contexto implicou necessariamente a construção de um novo cronograma de atividades, com postergação do atendimento às unidades.

Alternativamente ao planejamento inicialmente realizado, o Comitê envidou seus esforços às ações de sensibilização para Justiça Restaurativa. Com o apoio da Academia Judicial, disponibilizaram-se três turmas do "Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência", com a oferta de 500 vagas em

cada, no formato educação a distância. Finalizadas as três turmas, totalizaram-se 711 participantes concluintes.



Identidade Visual do Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência

Já no que se refere à articulação interinstitucional, o TJSC, proponente do [Acordo de Cooperação n. 165/2019](#), compõe o Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa – GGJR-SC.

São signatários do referido compromisso, além do próprio Tribunal de Justiça, o Governo do Estado, o Ministério Público (MPSC), a Defensoria Pública (DPSC), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

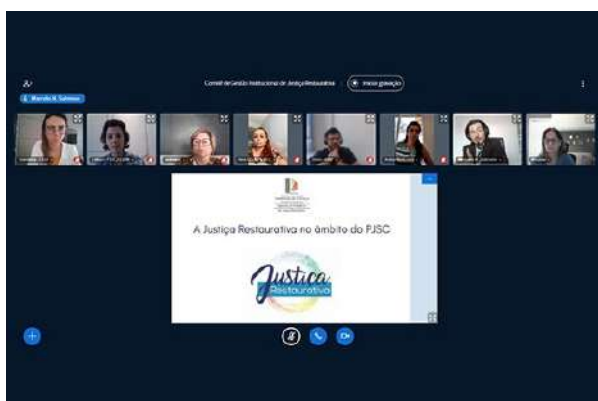
O GGJR-SC se reuniu pela primeira vez em fevereiro de 2020, tendo tido suas ações interrompidas logo em seguida, consequência do contexto sanitário que se desenhou nos meses seguintes.



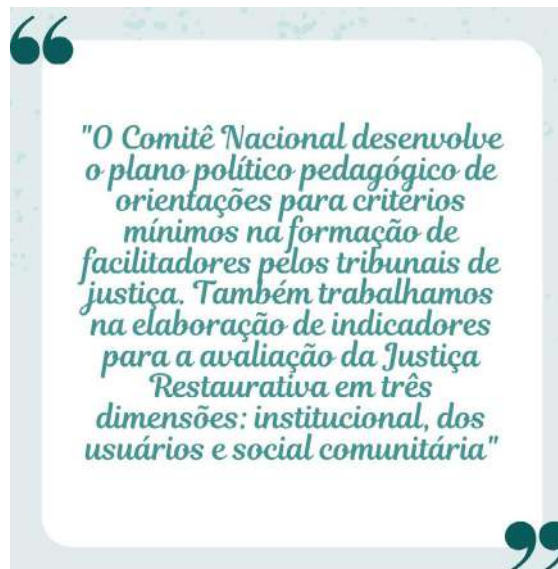
1ª Reunião do Grupo Gestor de Justiça Restaurativa, realizada em 14/02/2020

As atividades do Grupo com vistas à construção da Política Estadual de Justiça Restaurativa no Estado de Santa Catarina foram retomadas virtualmente em fevereiro de 2021, desde quando reuniões são realizadas trimestralmente.

Destaca-se ainda que, em abril de 2021, iniciaram-se as atividades de consultoria sobre Justiça Restaurativa prestadas pelo CNJ a este Tribunal, com os magistrados consultores do Comitê Nacional de Justiça Restaurativa Marcelo Salmaso e Kátia Roncada. Tal suporte, oferecido a todos os tribunais do país, tem por objetivo apoiar o processo de implantação ou aprimoramento dos programas voltados a uma política de Justiça Restaurativa Estadual.



1ª reunião com os magistrados consultores do Comitê Nacional de Justiça Restaurativa – CNJ Marcelo Salmaso e Kátia Roncada, realizada em 26/04/2021



Alexandre Karazawa Takaschima, Magistrado da Comarca de Lages, membro do Comitê Nacional de Justiça Restaurativa do CNJ 0

Notícias

Consulesa do Canadá elogia parceria com TJSC para disseminação da Justiça Restaurativa

18/02/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/consul-do-canada-elogia-parceria-com-tjsc-para-disseminacao-da-justica-restaurativa>

TJ participa da 1ª reunião do Grupo Gestor para implementar Justiça Restaurativa em SC

20/02/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tj-participa-da-1-reuniao-do-grupo-gestor-para-implementar-justica-restaurativa-em-sc>

Judiciário de SC tem 61 unidades interessadas na implantação da Justiça Restaurativa

25/06/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/judiciario-de-sc-tem-61-unidades-interessadas-na-implantacao-da-justica-restaurativa>

Implantação da Justiça Restaurativa avança no Poder Judiciário de Santa Catarina

22/02/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/implantacao-da-justica-restaurativa-avanca-no-poder-judiciario-de-santa-catarina>

Grupo Gestor de Justiça Restaurativa em SC se reúne virtualmente e define ações de 2021

01/03/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/grupo-gestor-de-justica-restaurativa-em-sc-se-reune-virtualmente-e-define-acoes-de-2021>

Justiça Restaurativa: PJSC participa de reunião virtual com representantes do

27/04/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/justica-restaurativa-pjsc-participa-de-reuniao-virtual-com-representantes-do-cnj>

2.4 Projeto Conhecer para se Proteger



Identidade visual criada pelo
Núcleo de Comunicação Institucional do TJSC

Nas últimas décadas temos vivido uma verdadeira revolução tecnológica digital, que propiciou às pessoas interação em tempo real, compartilhamento de informações, divulgação de impressões e propagação de culturas e saberes.

A nova era trouxe melhorias significativas, especialmente diante do avanço da internet e da disponibilidade de inúmeros programas, ferramentas e aplicativos. Por outro lado, o uso inadequado da tecnologia tem impactado diretamente na

segurança da informação, possibilitando atos abusivos com efeitos profundos nas relações humanas. O anonimato proporcionado pela internet, muitas vezes, garante a impunidade e contribui para a intensa propagação da exploração sexual infantojuvenil.

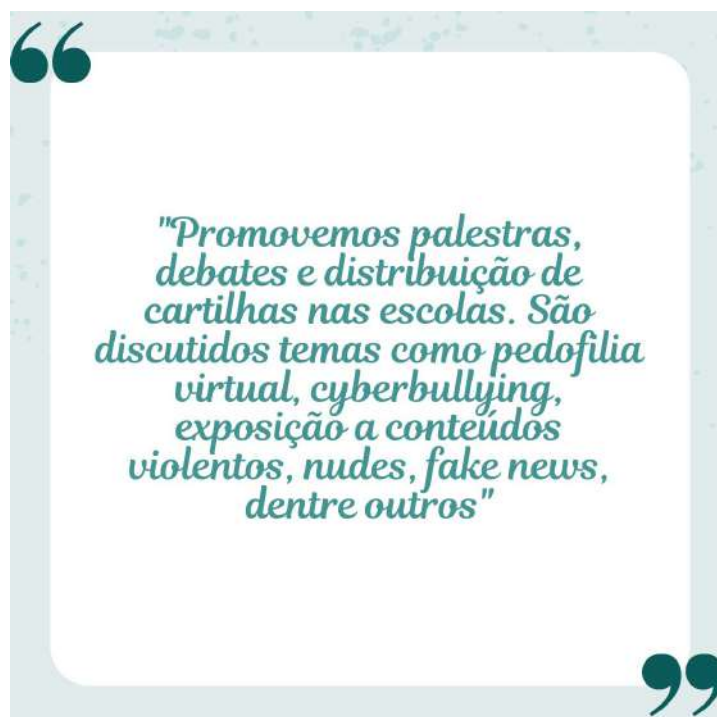
Sabe-se que crianças e adolescentes constituem quase 1/3 de todos os internautas no mundo, e mais da metade desse público afirma que seu perfil está configurado de maneira pública, o que representa maior vulnerabilidade como usuários, o que tem exigido ações globais.

Nesse contexto, atenta à carência de ações de educação voltadas ao uso seguro, consciente e responsável da internet, a CEIJ envidou esforços, em conjunto e de forma articulada com outros atores, no sentido de desenvolver e implementar um projeto que possibilitasse disseminar informações para crianças e adolescentes.

O projeto *Conhecer para se Proteger* é uma parceria firmada entre o Poder Judiciário de Santa Catarina, por intermédio da CEIJ e do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS/TJSC); da Polícia Civil de Santa Catarina, por meio da Delegacia-Geral; e da Secretaria do Estado da Educação, por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Objetiva a implementação de ações de educação e prevenção às violências perpetradas contra crianças e adolescentes, por meio da internet e a redução da judicialização de crimes cibernéticos.

Tem como público-alvo alunos do 8º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio das escolas da rede municipal e estadual de ensino. E estende-se aos pais/responsáveis, educadores, servidores e à rede de proteção social.

Os profissionais responsáveis pela transmissão de conhecimento são integrantes da Polícia Civil, do Poder Judiciário e da Rede Estadual de Educação que tenham interesse e perfil para atuar com jovens.



"Promovemos palestras, debates e distribuição de cartilhas nas escolas. São discutidos temas como pedofilia virtual, cyberbullying, exposição a conteúdos violentos, nudes, fake news, dentre outros"

Ressalta a Desembargadora Rosane Portella Wolff
Coordenadora da CEIJ

Das ações previstas no projeto destacam-se:

- formação em segurança digital aos educadores membros das gerências regionais de educação, coordenadores dos núcleos de educação e prevenção (Nepres), professores das redes estadual e municipal de educação, policiais civis e servidores do Poder Judiciário (assistentes sociais e oficiais da infância e juventude);
- palestras aos pais/responsáveis objetivando a sensibilização e a instrumentalização quanto à segurança digital;
- aplicação, aos alunos, de práticas pedagógicas para a introdução do tema: Internet Segura: O Que É Isso?; e
- palestras complementares aos alunos das redes de ensino municipal e estadual.
- A palestra direcionada aos jovens apresenta os seguintes objetivos:
 - evitar a autoexposição;
 - utilizar racionalmente a internet, aplicativos e redes sociais;
 - prevenir para evitar o aliciamento de pedófilos;

- orientar para a não difusão de informações que não saibam a origem, a veracidade e que incentivam à violência e ao bullying;
- apresentar as vulnerabilidades dos principais aplicativos utilizados; e
- evitar o aliciamento e a instigação de práticas que possam resultar na automutilação ou até em suicídio.

A palestra ministrada aos pais/responsáveis, educadores, servidores do Poder Judiciário e rede de proteção apresenta os seguintes objetivos:

- demonstrar a possível vulnerabilidade existente na maioria dos aplicativos, sites e outras plataformas;
- orientar sobre a importância do monitoramento e acompanhamento dos filhos durante o uso de dispositivos eletrônicos;
- informar a faixa etária para que cada plataforma é indicada: Facebook, Instagram, WhatsApp, etc.;
- apontar como funcionam as ferramentas de controle parental;
- sinalizar como ocorrem ataques, "roubos" de dados e repasse ao atacante ou abusador;
- indicar a forma que o abusador pensa e age; e
- repassar informações e orientações para levar ao conhecimento das autoridades os casos a serem apurados.

Para a implementação do projeto, que se iniciou em 2019, alguns procedimentos foram adotados, entre eles foi firmado o Termo de Convênio n. 140/2019, celebrado entre o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e os demais parceiros.

Realizações no decorrer de 2020 e 2021

Embora em 2019, quando do lançamento do projeto, tenha-se realizado ciclos de palestras para aproximadamente 2.700 alunos, sensibilizado e instrumentalizado 130 professores, servidores, policiais civis e atores da rede de proteção social, e disponibilizado 2.000 vagas para servidores e magistrados no curso "Educando para boas escolhas online", como forma de promover a discussão sobre cidadania digital e segurança digital, em razão da situação pandêmica nos anos de 2020 e 2021, o projeto ficou prejudicado, uma vez que as ações educativas ocorriam na modalidade presencial.

De plano, em 2020 as instituições signatárias do Termo de Convênio n. 140/2019, preocupadas com a possibilidade de o isolamento social potencializar, no espaço domiciliar, o aumento de casos de violências perpetradas contra crianças e adolescentes por meio da internet, deliberaram incluir um vídeo institucional referente ao projeto e desenvolvido pelo PJSC no Caderno: Dicas para Fortalecer o Vínculo Familiar disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação.

Notícias

Ceij propõe continuidade e expansão dos projetos voltados à infância e juventude
6/03/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/ceij-propoe-continuidade-e-expansao-dos-projetos-voltados-a-infancia-e-juventude>

NIS, Ceij e PC alertam sobre perfis em redes sociais com mensagens que induzem ao suicídio

17/06/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/nis-ceij-e-pc-alertam-sobre-perfis-em-redes-sociais-com-mensagens-que-induzem-ao-suicidio>

Garantir direitos previstos no ECA requer avanço nas políticas públicas, diz magistrada

17/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/garantir-direitos-previstos-no-eca-requer-avanco-nas-politicas-publicas-diz-magistrada>

2.5 Programa Ampliando Horizontes



O Programa Ampliando Horizontes foi idealizado para que o Poder Judiciário possa oferecer a primeira experiência profissional a adolescentes e jovens, sem que, para tanto, haja dispêndio de erário. Isso é possível através das cotas sociais, isto é, quando uma empresa é descumpridora das cotas de aprendizagem, especialmente aquelas cujas atividades preponderantes constantes na lista TIP (piores formas de trabalho infantil), tal empresa contratará o jovem, e este, por sua vez, realizará a etapa prática da aprendizagem nas dependências jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário. Essa iniciativa foi, inclusive, objeto da Recomendação n. 61 do Conselho Nacional de Justiça. A implantação do programa ainda não ocorreu, pois se faz necessário o retorno das atividades presenciais no Poder Judiciário.



3. Ações Desenvolvidas

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

3.1 Campanha Maio Laranja



A Lei federal n. 9.970/2000 instituiu o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Durante a pandemia, as formas de violência perpetradas contra as crianças e adolescentes foram intensificadas, haja vista o maior tempo dentro de casa e a ausência de supervisão escolar e comunitária. A campanha Maio Laranja tem o objetivo de informar, sensibilizar e combater essa violência. [Na página da campanha](#) são disponibilizados materiais informativos e canais de denúncia.

"As crianças e adolescentes ficam isolados do vírus, mas não do risco de sofrer violência e abuso sexual, tendo em vista que a maioria dos casos ocorre no âmbito do núcleo familiar ou de pessoas próximas"

Desembargadora Rosane Portella Wolff
Coordenadora Estadual da Infância e da Juventude

3. Ações desenvolvidas



Posts nas redes sociais

Notícias

Maio Laranja no PJSC disponibiliza materiais e links de denúncia e conscientização
10/05/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/maio-laranja-no-pjsc-disponibiliza-materiais-e-links-de-denuncia-e-conscientizacao>

Maio Laranja: Ceij disponibiliza site com informações para combater abuso sexual infanto-juvenil
18/05/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/maio-laranja-ceij-disponibiliza-site-com-informacoes-para-combater-abuso-sexual-infanto-juvenil>

3.2 ECA 30 anos



Em 2020 o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 30 anos, e, com o advento do Estatuto, mudanças significativas ocorreram. A criança e o adolescente deixaram de ser objetos de direitos e passaram a ser sujeitos, sendo o estatuto um marco legal, pois substituiu a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral, conferindo à infância e juventude prioridade absoluta.

Em alusão aos 30 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, com o auxílio de magistrados com atuação na infância e juventude, criou a [*campanha ECA 30 anos: A luta por direitos é atemporal*](#) com o intuito de informar, sensibilizar e mobilizar a sociedade acerca dos direitos das crianças e adolescentes. Durante o mês de julho foram disponibilizadas diversas matérias na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, além da participação ativa da Coordenadoria no programa [*Palavra do Presidente*](#).

Na página da campanha é possível encontrar um rico conteúdo, com matérias especiais, entrevistas, publicações e vídeos. Como produto final da campanha, está disponível a [*revista digital*](#), que contém um apanhado acerca dos temas mais relevantes elaborados por juristas envolvendo o estatuto da criança e do adolescente, assim como histórias marcantes e depoimentos.

“

Muitos casos me marcaram. Um, no entanto, me tocou especialmente: o caso de um adolescente infrator internado no Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Xanxerê. Ele tinha uma família totalmente disfuncional. Quando da progressão da medida, conseguimos colocá-lo no mercado de trabalho, alugamos um cômodo para ele morar, conseguimos doações de comida. Tempos depois, quando ele casou, ajudamos a construir sua casa, onde ele pode recomeçar a vida ao lado da nova família.

O ECA representa um marco legislativo ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, destinatários de proteção pelo Estado, pela sociedade e pela família, como já consagrado em nossa Carta Magna em seu artigo 227, de forma prioritária.

”

Relato da Doutora Daniela Fernandes Dias Morelli,
Juíza na Comarca de Jaraguá do Sul

Notícias

30 anos do ECA: Brasil quebra paradigma e adota a doutrina da proteção integral
13/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/30-anos-do-eca-brasil-quebra-paradigma-e-adota-a-doutrina-da-protecao-integral>

Depoimento especial: a difícil missão de ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência

14/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/depoimento-especial-a-dificil-missao-de-ouvir-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia>

Magistrados que atuam nas Varas da Infância e Juventude relatam histórias emocionantes

14/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/magistrados-que-atuam-nas-varas-da-infancia-e-juventude-relatam-historias-emocionantes>

3. Ações desenvolvidas

Conheça todos os caminhos para proteger crianças e adolescentes vítimas de violência

15/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/conheca-todos-os-caminhos-para-proteger-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia>

Fiéis da dogmática penal conservadora não entendem avanços do ECA, diz Doutora da Ufsc

5/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/fieis-da-dogmatica-penal-conservadora-nao-entendem-avancos-do-eca-diz-doutora-da-ufsc>

Retribucionismo hipócrita e paternalismo ingênuo atrapalham ECA, diz J. Batista Saraiva

16/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/retribucionismo-hipocrita-e-paternalismo-ingenuo-atrapalham-eca-diz-j-batista-saraiva>

O Estatuto da Criança e do Adolescente e o falso mito da impunidade no Brasil

16/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-e-o-falso-mito-da-impunidade-no-brasil>

Garantir direitos previstos no ECA requer avanço nas políticas públicas, diz magistrada

17/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/garantir-direitos-previstos-no-eca-requer-avanco-nas-politicas-publicas-diz-magistrada>

Juíza explica o papel do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

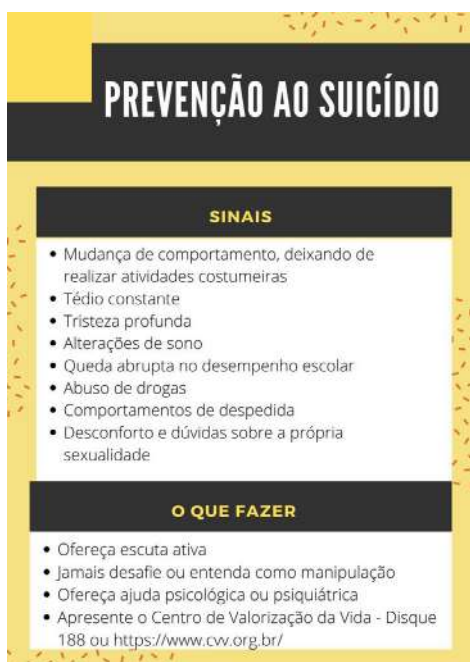
17/07/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/juiza-explica-o-papel-do-sistema-de-garantia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>

3.3 Campanha Setembro Amarelo

PREVENÇÃO AO
SUICÍDIO
INFANTOJUVENIL:

VAMOS CONVERSAR?



Fotos da campanha



Post para as redes sociais

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, ciente do agravamento dos fatores de risco ao suicídio, especialmente no período pandêmico, criou a campanha “Prevenção ao suicídio infantojuvenil: Vamos conversar?”. O objetivo da ação é estimular o diálogo acerca da temática e informar a sociedade sobre os sinais de comportamento suicida e de que forma pais, educadores e comunidade podem evitar que crianças e adolescentes tirem a própria vida. Na página da campanha é possível encontrar vasto conteúdo cuidadosamente selecionado, além de vídeos elaborados pela Coordenadoria.

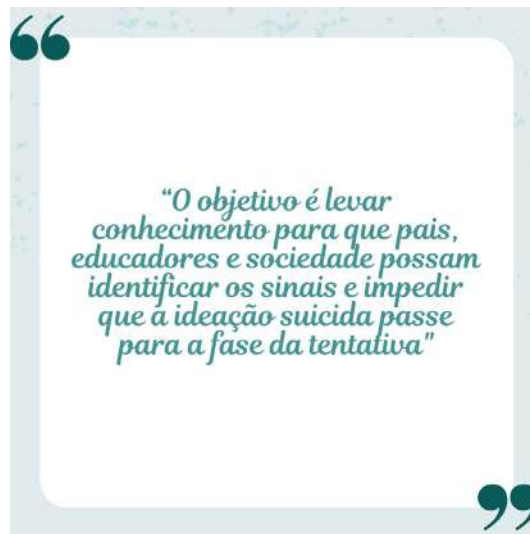
3. Ações desenvolvidas

Vídeo oficial da campanha:

<https://www.youtube.com/watch?v=BsshlWUpfml>

Vídeo Setembro Amarelo – Prevenção no ambiente digital:

<https://www.youtube.com/watch?v=Tnof3tDfdLw&feature=youtu.be>



Explica Bianca Maria Sebbem Lima,
Oficial da Infância e da Juventude da CEIJ

Notícias

"Precisamos romper tabus e discutir abertamente o suicídio", afirma psicóloga do PJSC

04/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/precisamos-romper-tabus-e-discutir-abertamente-o-suicidio-afirma-psicologa-do-pjsc>

Setembro Amarelo, diz magistrada, quer debate qualificado sobre prevenção ao suicídio

10/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/setembro-amarelo-diz-magistrada-quer-debate-qualificado-sobre-prevencao-ao-suicidio>

Especialista revela como pais e educadores podem prevenir o suicídio infantojuvenil

11/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/especialista-revela-como-pais-e-educadores-podem-prevenir-o-suicidio-infanto-juvenil>

Especialista diz: sentimento suicida pode ser necessidade poderosa de buscar vida nova

21/09/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/especialista-diz-sentimento-suicida-pode-ser-necessidade-poderosa-de-buscar-vida-nova>

3.4 Participação no Programa Palavra do Presidente

A CEIJ participou da décima edição do programa Palavra do Presidente, realizada no dia 26 de junho de 2020. Na oportunidade, além dos projetos da Coordenadoria, também foram apresentadas as atividades do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa (CGIJR), bem como foram abordados os desafios e as alternativas delineadas ante as instabilidades do contexto sanitário pandêmico.

O programa contou com a participação da desembargadora Rosane Portella Wolff, coordenadora da CEIJ e do CGIJR, do juiz Alexandre Karazawa Takaschima, que atua com Justiça Restaurativa na Comarca de Lages, da secretária da Ceij, Lilian da Silva Domingues, e da psicóloga da Ceij, Helena Berton Eidt.



Participação da CEIJ no Programa Palavra do Presidente – 10ª edição realizado em 26/06/2020

Notícias

Palavra do Presidente – Ao Vivo falará sobre projetos da Ceij e Justiça Restaurativa
22/06/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/palavra-do-presidente-ao-vivo-falara-sobre-projetos-do-ceij-e-justica-restaurativa>

Palavra do Presidente – Ao Vivo falará sobre projetos da Ceij e Justiça Restaurativa
23/06/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/palavra-do-presidente-ao-vivo-falara-sobre-projetos-da-ceij-e-justica-restaurativa>

Palavra do Presidente – Ao Vivo falará sobre projetos da Ceij e Justiça Restaurativa
24/06/2020

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/palavra-do-presidente-ao-vivo-falara-sobre-projetos-do-ceij-e-justica-restaurativa>

3.5 Pacto Nacional pela Primeira Infância

No Brasil, atualmente, há quase 20 milhões de crianças na primeira infância, e cerca de 30% delas vivem em situação de privação, devido à pobreza e outros fatores, agravados pela pandemia de covid-19, que comprometem seu desenvolvimento humano integral. Intervenções oportunas favorecem a resiliência e o resgate do curso do desenvolvimento dessa população.

As neurociências comprovaram que a primeira infância é a principal janela de oportunidade para o desenvolvimento humano. Além disso, o Prêmio Nobel em Economia, James Heckman (2000), também comprovou que o investimento na primeira infância é o melhor que existe. Baseada em estudos, a Lei n. 13.257/2016, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância, é inédita no mundo e resultou de amplo e representativo debate nacional e internacional com intensa participação do parlamento, do governo e da sociedade civil organizada.

Em âmbito nacional, estadual e municipal, as diversas instituições relacionadas à primeira infância estão unindo esforços para a efetivação das diretrizes dispostas na legislação em questão, por meio de pactuação. Santa Catarina, junto com os

3. Ações desenvolvidas

demais Estados da Região Sul, aderiu ao Pacto Nacional pela Primeira Infância em agosto de 2021, durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul, por meio da pactuação de diversas instituições, entre elas o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

“Mais do que um pacto, o que estamos firmando neste momento é um contrato social de compromisso com o nosso futuro”

Presidente do Poder Judiciário de Santa Catarina
Desembargador Ricardo Roesler

“O melhor investimento que um país pode fazer, para ter um futuro próspero e saudável, é garantir de forma efetiva os direitos integrais das crianças e, para tanto, é preciso que atuemos juntos”

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça Ministro Luiz Fux

A construção do Plano Estadual é necessária e urgente, e as instituições estão em processo de organização para o início dos trabalhos, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina.

No âmbito do Poder Judiciário, está prevista a articulação intersetorial para a construção da política interna entre os diversos setores com atuação na área da infância e juventude e correlatos (CEIJ – GMF – CEVID – COJEPMEC – CGJ).

Alguns eixos possíveis de execução do trabalho são:

- sistema penitenciário (ex.: gestantes e puérperas em privação de liberdade);
- sistema de proteção (ex.: cuidado adequado de crianças em situação de acolhimento); e
- sistema de prevenção (ex.: manutenção do vínculo com ambos os genitores nas disputas de guarda, reconhecimento de paternidade);

Notícias

Seminário do Pacto Nacional pela 1ª Infância – Região Sul em contagem regressiva
13/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-do-pacto-nacional-pela-1-infancia-regiao-sul-em-contagem-regressiva>

Presidente do PJSC recebe deputada federal para discutir o Pacto Nacional pela Primeira Infância

19/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/presidente-do-pjsc-recebe-deputada-federal-para-discutir-o-pacto-nacional-pela-primeira-infancia>

PJSC estará presente na edição Sul do Seminário do Pacto Nacional pela 1ª Infância

13/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/pjsc-estara-presente-na-edicao-sul-do-seminario-do-pacto-nacional-pela-1-infancia>

Com participação de magistrados de SC, Seminário sobre 1ª Infância começa quinta-feira

17/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/com-participacao-de-magistrados-catarinenses-seminario-sobre-primeira-infancia-comeca-nesta-quinta-feira>

Evento do CNJ começa nesta quinta-feira com participação de magistrados catarinenses

18/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/evento-do-cnj-comeca-nesta-quarta-feira-com-participacao-de-magistrados-catarinenses?redirect=%2F>

“É um compromisso com o nosso futuro”, diz presidente do PJSC em seminário sobre a 1ª Infância

19/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/e-um-compromisso-com-o-nosso-futuro-diz-presidente-do-pjsc-em-seminario-sobre-a-1-infancia>

Evento sobre Pacto pela Primeira Infância encerra com participação de magistrados de SC

20/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/evento-sobre-pacto-pela-primeira-infancia-encerra-com-participacao-de-magistrados-de-sc>

Ações do Poder Judiciário catarinense são celebradas no Dia Nacional da Infância

24/08/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/acoes-do-poder-judiciario- Catarinense-sao-celebradas-no-dia-nacional-da-infancia>

Capacitação sobre importância do Marco Legal da 1ª Infância, para Ceij, é fundamental

21/10/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/capacitacao-sobre-importancia-do-marco-legal-da-1-infancia-para-ceij-e-fundamental>

3.6 Plano Executivo Estadual Socioeducativo

Desde junho de 2019, a CEIJ, o Núcleo de Direitos Humanos da Corregedoria-Geral da Justiça e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) vêm trabalhando juntamente com a equipe do Programa Fazendo Justiça do CNJ com vistas a construção de alternativas aos desafios estruturais do sistema carcerário e do sistema socioeducativo catarinense, os quais impactam diretamente no exercício da atividade jurisdicional.

Os trabalhos até então desenvolvidos se concretizaram no Plano Executivo Estadual, o qual tem o Eixo 2 dedicado exclusivamente às demandas atinentes à socioeducação, matéria afim a esta Coordenadoria.

Atualmente em etapa final de elaboração, o Plano prevê ações que ampliam e consolidam boas iniciativas em desenvolvimento, assim como implementam novas medidas para o efetivo cumprimento da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei n. 12.594/2021 – Lei do SINASE. A partir das demandas e particularidades locais, incentiva a atuação conjunta dos atores que compõem a rede de proteção, bem como apresenta importantes estratégias para um melhor atendimento ao adolescente.

3. Ações desenvolvidas

Em 30 de julho de 2021, o “Termo de Pactuação Programa Fazendo Justiça – Plano Executivo Estadual” foi assinado pelos partícipes e, tão logo o Plano seja concluído, a parceria entre CNJ e TJSC com vistas ao aperfeiçoamento do sistema socioeducativo catarinense será formalizada por meio de termo de cooperação.

“Neste momento estamos celebrando esse esforço conjunto e comprometido com o enfrentamento e a superação de gargalos históricos que caracterizam o nosso sistema prisional e educativo”

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do DMF (Departamento de Monitoramento e Fiscalização) Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi

“Estamos na construção coletiva da customização das ações do CNJ com os tribunais do país, incentivando, com isso, protagonismos. Espero que essas 28 iniciativas sejam multiplicadas. Sigamos em frente, fazendo justiça”

Presidente do PJSC
Desembargador Ricardo Roesler

Notícias

CNJ e PJSC fecham acordo nesta sexta-feira para implementação do programa Fazendo Justiça

29/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cnj-e-pj-de-santa-catarina-lancam-nesta-sexta-feira-programa-fazendo-justica>

PJSC e CNJ celebram acordo para desenvolver ações conjuntas no programa Fazendo Justiça

30/07/2021

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/pjsc-e-cnj-celebram-acordo-para-desenvolver-aco-es-conjuntas-no-programa-fazendo-justica>

3.7 Grupo de Trabalho pela Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Grupo de Trabalho pela Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foi constituído a partir de deliberação ocorrida na audiência pública alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, evento esse proposto pela deputada estadual Marlene Fengler. Realizada no dia 17 de maio de 2021, teve como propósito trazer à luz questões que impactam as diversas modalidades de violência contra crianças e adolescentes e os meios de tornar mais eficiente a rede de prevenção e de enfrentamento no Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, a deputada Marlene Fengler, atual presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), salientou que “estamos vivendo mais um ano totalmente atípico por conta da pandemia e em relação à violência infantil há várias pesquisas nesse sentido que indicam que houve uma queda nos índices. Entretanto, esses mesmos estudos mostram claramente que na realidade pode ter havido um aumento dos casos de violência infantil, mas as notificações não aconteceram. Foi um ano de números mascarados, de subnotificações, tanto pela dificuldade de acesso às vítimas, quanto de formulação das denúncias”. Continuou: “É fato que longe das escolas as crianças ficaram ainda mais vulneráveis, pois o papel dos professores e educadores é fundamental no combate à violência infantil. Os casos geralmente são descobertos nas escolas e são os professores os primeiros a perceberem as mudanças de comportamento das crianças”.

Nesse contexto e com o profícuo debate promovido durante a audiência, que contou com a participação das principais instituições que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, houve deliberação no sentido de criar e formalizar um grupo de trabalho visando à identificação das lacunas e à proposição de meios alternativos de aprimorar e fortalecer o alcance da rede de proteção à criança e ao adolescente em Santa Catarina.

As instituições estaduais convidadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da ALESC a fazerem parte do grupo de trabalho foram: Tribunal de Justiça (TJSC), por meio da Coordenadoria Estadual da Infância e

da Juventude (CEIJ); Ministério Público (MPSC), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIAJ); Defensoria Pública (DPE), por meio do Núcleo da Infância e Juventude, Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NIJID); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão de Direito da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS); Secretaria de Estado da Educação (SES); Secretaria de Estado da Saúde (SES); Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP); Polícia Civil, por meio da Coordenação das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI); Polícia Militar (PM); Federação Catarinense de Municípios (FECAM); Associação Catarinense de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares (ACCT); Comissão de Direitos Humanos da ALESC; Comissão de Educação da ALESC; e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Com a diretriz de fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente em Santa Catarina, o grupo iniciou seus trabalhos no segundo semestre de 2021. Os debates ocorreram no sentido de fomentar a união, a convergência e o compartilhamento de informações para a realização de trabalho conjunto. A primeira entrega efetiva do grupo foi o “Curso de Formação para Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente – Trabalhando em rede”, que se iniciou em 23 de novembro de 2021.

3.8 Grupo de Trabalho – Provimento CN-CNJ n. 36/2014 e Recomendação CNJ n. 97/2021

Proposto pela CEIJ, o grupo de trabalho em questão foi constituído com o objetivo de realizar uma análise da realidade do Poder Judiciário catarinense com vistas a reunir subsídios para a tomada de decisão deste Tribunal quanto ao cumprimento dos incisos III e IV do art. 1º do Provimento CN-CNJ n. 36/2014, alterados pelo Provimento CN-CNJ n. 116/2021, os quais mencionam:

Art. 1º Recomendar às Presidências dos Tribunais de Justiça que: (redação dada pelo Provimento n. 116, de 27.4.2021)

[...]III – provejam, de forma plena e constante, todas as varas existentes com competência exclusiva ou

3. Ações desenvolvidas

cumulativa em matéria de Infância e Juventude (bem como a Comissão Estadual de Adoção – CEJA ou a Comissão Estadual de Adoção Internacional – CEJAI do Tribunal), com suficientes equipes multidisciplinares disponíveis na comarca para lhes atender, de forma exclusiva ou compartilhada com outras varas, compostas de, ao menos, psicólogo, pedagogo e assistente social; (redação dada pelo Provimento n. 116, de 27.4.2021)

IV – no caso extremo de impossibilidade material de atendimento ao disposto no inciso III deste artigo, que criem núcleos multidisciplinares regionais ou solução similar, desde que, nesta hipótese, seja assegurado atendimento exclusivo para causas de Infância e Juventude; (redação dada pelo Provimento n. 116, de 27.4.2021)

Tratando-se de assunto correlato, o estudo também visa ao cumprimento do inciso IV do art. 2^a da Recomendação CNJ n. 97/2021, que assim ordena:

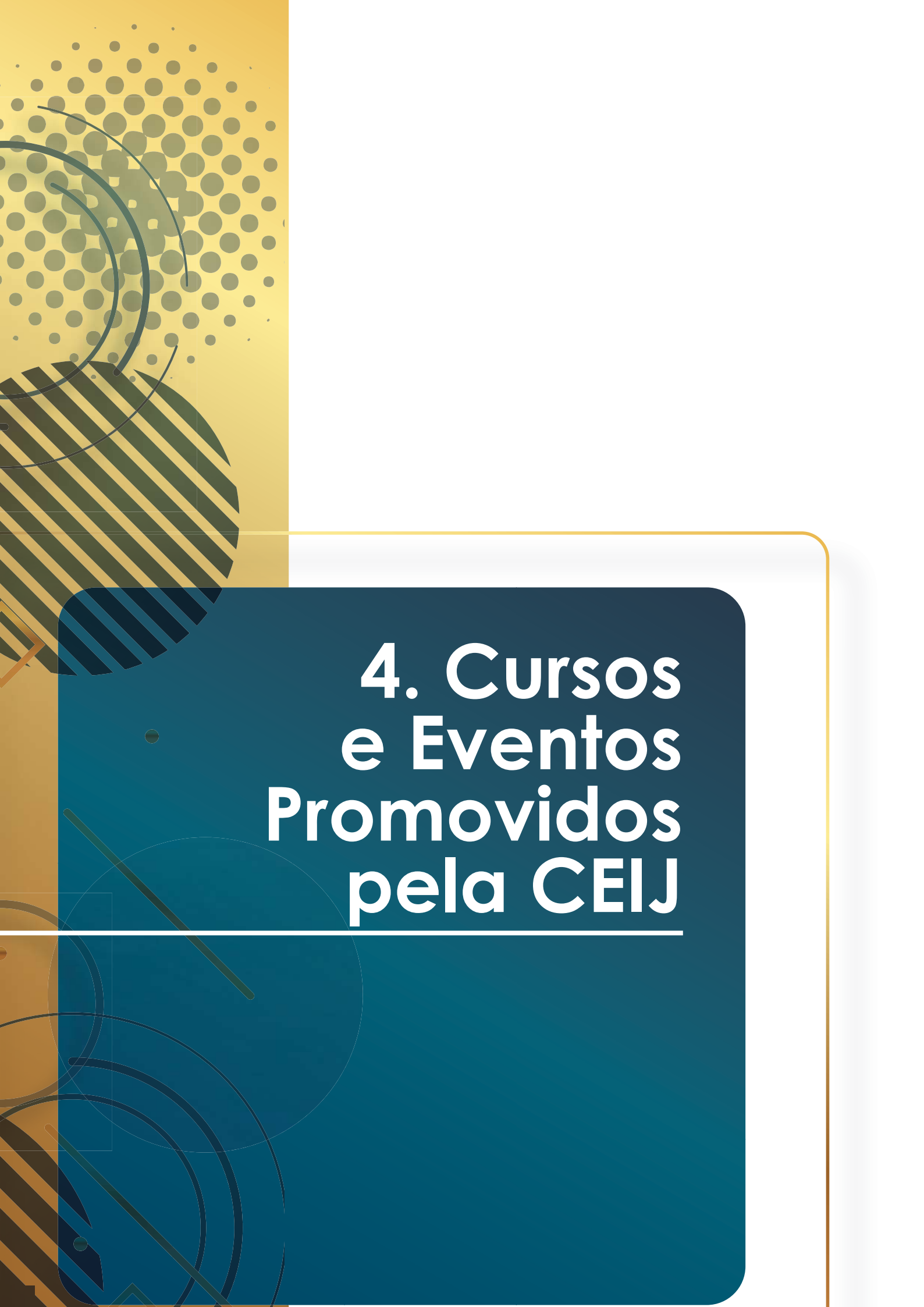
Art. 2º Os Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios devem também:

[...]

IV – definir, no prazo máximo de 90 (noventa), a contar da publicação da presente Recomendação, o número suficiente de psicólogos e assistentes sociais para o pleno atendimento das Varas com competência em Infância e Juventude, utilizando como parâmetro o número de profissionais por mil processos, excluídas outras competências quando atendidas pela mesma equipe técnica.

A criação do grupo foi autorizada pelo Núcleo Administrativo da Presidência, tendo sido seus trabalhos inaugurados no dia 30/09/2021. Em razão da multiplicidade de fatores que envolvem o estabelecimento de parâmetros para definições tão sensíveis à eficiência da justiça infantojuvenil, representantes da ASPLAN e da DGP foram convidados à participação e, posteriormente, na medida do necessário, outros setores administrativos se somarão aos trabalhos.

Desde setembro, o grupo vem realizando reuniões semanais, e a apresentação dos resultados dos estudos em andamento está prevista para o mês de março de 2022.



4. Cursos e Eventos Promovidos pela CEIJ

4. CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CEIJ

4.1 Cursos realizados em 2020

- **Apresentação dos Projetos da CEIJ no Curso Oficial de Formação Inicial para Ingresso na Carreira da Magistratura**

Data: 06/03/2020

Carga horária: 4 horas

Público-alvo: Magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina

- **Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência**

Curso voltado à sensibilização quanto à implantação das práticas de Cultura de Paz e de Justiça Restaurativa nas comarcas.

Data: 12/11 a 16/12/2020

Carga Horária: 50 horas

Público-alvo: Magistrados, gestores, servidores do Poder Judiciário e técnicos da rede de serviços parceiros

Programação

Unidade 1- Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência

Unidade 2 – Métodos e técnicas de Justiça e Práticas Restaurativas

Unidade 3 – O trabalho em rede na implementação da Justiça Restaurativa

- **Curso de Capacitação sobre o Depoimento Especial aos magistrados – modalidade EaD**

O Curso é voltado à formação de magistrados responsáveis pela condução das audiências nas comarcas do Estado de Santa Catarina, nas quais são realizados Depoimentos Especiais, em observância aos ditames da Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, e da Resolução CNJ n. 299/2019. Cursos virtuais com limite de até 35 magistrados por turma, a fim de facilitar a interação e participação. Os magistrados foram convocados a participarem, já que a capacitação é obrigatória, nos termos dos arts. 14, caput, e 15 da Resolução CNJ n. 299/2019.

Datas:

Turma 1 - 14 a 25 de setembro/2020

Turma 2 - 12 a 23 de outubro/2020

Turma 3 - 30 de novembro a 11 de dezembro/2020

Carga Horária: 22h, sendo 14h referentes ao conteúdo teórico (vídeo gravado, material em pdf e interação por meio do ambiente moodle) e 8h referentes à interação por videoconferência.

Programação:

Aspectos Jurídicos e Aspectos Psicológicos do DE

- **Terceira Etapa do Curso “Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial”**

Curso destinado à formação de servidores entrevistadores de DE. Iniciado em 2019, precisou ser adaptado para o formato EaD e teve a sua conclusão em 2020.

Turma 6/2019

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 30 de novembro a 04 de dezembro/2020

Carga Horária: 8h

Turma 7/2019

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 30 de novembro a 04 de dezembro/2020

Carga Horária: 8h

- **Curso de Supervisão em Depoimento Especial - modalidade EaD**

O curso objetiva aperfeiçoar as técnicas científicas de coleta de testemunho, por meio da avaliação dos Depoimentos Especiais realizados nas comarcas pelos servidores capacitados, bem como revisar e atualizar os conhecimentos científicos que fundamentam as técnicas de coleta de testemunho.

Turma 1/2020 - 10 a 30 de agosto

Turma 2/2020 - 17 de agosto a 06 de setembro

Turma 3/2020 - 30 de agosto a 20 de setembro

Turma 4/2020 - 08 a 27 de setembro

Turma 5/2020 - 21 de setembro a 11 de outubro

Turma 6/2020 - 28 de setembro a 18 de outubro

Turma 7/2020 - 05 a 25 de outubro

Turma 8/2020 - 13 de outubro a 01 de novembro

Turma 9/2020 - 03 a 22 de novembro

Carga Horária: 26h

4.2 Cursos realizados em 2021

- **Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência**

Curso voltado à sensibilização quanto à implantação das práticas de Cultura de Paz e de Justiça Restaurativa nas comarcas.

Data: 05/04 a 09/05/2021 (Turma 1/2021); 10/05 a 13/06/2021 (Turma 2/2021)Carga Horária: 50 horas

Público-alvo: Magistrados, gestores, servidores do Poder Judiciário e técnicos da rede de serviços parceiros

Programação

Unidade 1- Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência

Unidade 2 – Métodos e técnicas de Justiça e Práticas Restaurativas

Unidade 3 – O trabalho em rede na implementação da Justiça Restaurativa

- **Terceira Etapa do Curso “Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial”**

Curso destinado à formação de servidores entrevistadores de DE. Iniciado em 2019, precisou ser adaptado para o formato EaD e teve a sua conclusão em 2021.

Turma 5/2019

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 01 a 05 de março/2021

Carga Horária: 8 horas

- **Curso “Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial” - modalidade EaD**

Curso destinado à formação de servidores entrevistadores de DE

Carga Horária total: 68h

Turma 1

Etapa I – Capacitação

Primeira parte – De 10 a 14 de maio/2021 (5 encontros de 4h)

Segunda parte – 31 a 11 de junho/2021 (4 encontros de 4h)

Carga Horária: 36 horas

Etapa II – Supervisão

Data: De 16 a 31 de agosto/2021

Carga Horária: 16 horas (4h/dia)

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 18 a 29 de outubro/2021

Carga Horária: 16 horas (4h/dia)

- **Curso de Capacitação sobre o Depoimento Especial aos magistrados – modalidade EaD**

O Curso é voltado à formação de magistrados responsáveis pela condução das audiências nas Comarcas do Estado de Santa Catarina, nas quais são realizados Depoimentos Especiais, em observância aos ditames da Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, e da Resolução CNJ n. 299/2019. Cursos virtuais com limite de até 35 magistrados por turma, a fim de facilitar a interação e participação. Os magistrados foram convocados a participarem, já que a capacitação é obrigatória, nos termos dos arts. 14, caput, e 15 da Resolução CNJ n. 299/2019.

Datas:

Turma 4 - 15 a 26 de março/2021

Turma 5 - 19 a 30 de abril/2021

Turma 6 - 17 a 28 de maio/2021

Turma 7 - 14 a 25 de junho/2021

Carga Horária: 22h, sendo 14h referentes ao conteúdo teórico (vídeo gravado, material em pdf e interação por meio do ambiente moodle) e 8h referentes à interação por videoconferência.

Programação:

Aspectos Jurídicos e Aspectos Psicológicos do DE

- **Curso Entrevista Investigativa aplicada ao Depoimento Especial - ESMESC**

Curso direcionado a psicólogos e assistentes sociais externos ao quadro do PJSC, conforme Resolução Conjunta GP/CGJ n. 2, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a capacitação, a habilitação, a nomeação e o pagamento de profissional que não pertença ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para a tomada de depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. O curso seguiu a mesma metodologia dos oferecidos aos servidores, na modalidade EaD.

Carga Horária: 68h

Turma 1

Etapa I - Capacitação

Primeira parte – 10 a 14 de maio/2021

Segunda parte – 31 a 11 de junho/2021

Horário: 9h-12h; 13h30h-17h30

Etapa II - Supervisão

Datas: 16 a 31 de agosto/2021

Horário: 9h-12h30; 13h30-18h

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 18 a 29 de outubro/2021

Horário: 9h-12h30; 13h30-18h

Turma 2

Etapa I - Capacitação

Primeira parte – 21 a 25 de junho/2021

Segunda parte – 12 a 23 de julho/2021

Horário: 9h-12h; 13h30-17h30

Etapa II - Supervisão

Datas: 27 de setembro a 11 de outubro/2021

Horário: 9h-12h30; 13h30-18h

Etapa III – Acompanhamento e Avaliação (supervisão continuada)

Datas: 20 de novembro a 10 de dezembro/2021

Horário: 9h-12h30; 13h30-18h

4.3 Eventos realizados em 2020

- **Participação no Programa Palavra do Presidente**

Data: 25/06/2020

Horário: 10h

Público-alvo: Magistrados e servidores

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/palavra-do-presidente-ao-vivo-falara-sobre-projetos-do-ceij-e-justica-restaurativa>



5. Participação em Cursos e Eventos Externos

5. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS EXTERNOS

5.1 Realizados em 2020

- **1º Fórum de Justiça e Práticas Restaurativas de São José/SC**

Data: 10 e 11/03/2020

Local: Centro Multiuso de São José

Participante: Danúbia Rocha Vieira

Programação

Apresentação de experiências de aplicação da Justiça e Práticas Restaurativas em Santa Catarina na área da violência doméstica.



Fórum de Justiça e Práticas Restaurativas de São José - 2020

Violência Doméstica - Mulheres

10 e 11 de Março de 2020

Centro Multiuso de São José

INSCRIÇÕES

27/01 a 07/03 (vagas limitadas)
www.saojose.sc.gov.br

Parceiros



Fundação Municipal de Esporte e Lazer



Organização



Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

Fôlder digital de divulgação do
Fórum de Justiça e Práticas Restaurativas de São José

5. Participação em cursos e eventos externos

- **Seminário Integrado MPSC e MPT “Diálogo, Integração e Resolutividade – Proteção à Infância e Promoção da Igualdade”**

Data: 07/02/2020

Local: Auditório do Ministério Público Estadual de Santa Catarina

Participante: Desa. Rosane Portella Wolff

Programação:

9h Abertura

9h30 Palestra: “Novas Perspectivas para os direitos humanos e os desacordos morais razoáveis à luz da jurisprudência do STF.”

Palestrante: Dr. Cristiano Chaves Farias – Promotor de Justiça do MPBA

10h30 Palestra: O desafio das redes estruturais no paradigma da resolutividade do Ministério Público.”

Palestrante: Dra. Maria Clara Mendonça Perim – Promotora de Justiça MPES.

11h30 Mesa: “Proteção da Infância e promoção da igualdade.”

Dr. André Viana Custódio: Instrumentos de gestão para a política de erradicação do trabalho infantil.

Dra. Teresa Kleba Lisboa: Equidade de Gênero e Participação das Mulheres na Estrutura do Poder.

12h30 Intervalo para almoço.

14h30 às 18h Oficinas sob a condução dos Coordenadores do CDH, CIJ e membros do MPT.

- **Reunião virtual do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude**

Data: 19/06/2020

Participante: Desa. Rosane Portella Wolff

Promovida pelo Juiz Sérgio Ribeiro de Souza – Presidente da Infância e da Juventude Dos Tribunais de Justiça do Brasil

- **2ª Rodada de Webinários Regionais de monitoramento da Recomendação CNJ n. 62/2020. Regiões Centro-Oeste e Sul – Conselho Nacional de Justiça**

Tema: Enfrentamento à pandemia de Covid-19 no âmbito dos sistemas penal e socioeducativo

5. Participação em cursos e eventos externos

Data: 16/07/2020

Local: Plataforma Microsoft Teams

Participante: Lilian da Silva Domingues

Programação:

14h Abertura

14h15 Apresentação dos dados nacionais do monitoramento do DMF e dos GMFs – Programa Justiça Presente

14h35 Apresentação das UFs – Práticas de inspeção nos sistemas socioeducativo e prisional

15h50 Considerações finais

16h Encerramento

- **Curso de Formação em Justiça Restaurativa – Fundamentos para Implementação nos Tribunais**

Datas: 08/09 a 19/10/2020

Local: plataforma virtual ENFAM

Participantes: Danúbia Rocha Vieira

Programação

Unidade I – Justiça Restaurativa e Cultura de Paz

Unidade II – Justiça Restaurativa – Histórico Internacional e no Brasil

Unidade III – Justiça Restaurativa e seu Potencial Transformador

Unidade IV – Metodologias da Justiça Restaurativa

Unidade V – Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do CNJ e sua Efetivação

- **Reunião virtual do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude –**

Tema: Resolução do CNJ n. 94/2019

Data: 14/09/2020

Horário: 14h

Local: Plataforma Cisco Webex

Participante: Desa. Rosane Portella Wolff

5.2 Realizados em 2021

- **Curso Comunicação Não Violenta e Justiça Restaurativa**

Datas: 05/03; 19/03; 12/03; 26/03; 02/04/2021

Local: canal do YouTube Seduc Sobral

Participantes: Lilian da Silva Domingues e Danúbia Rocha Vieira

Programação

05/03 Comunicação Não Violenta (CNV): Um convite para uma mudança profunda de paradigma com Yuri Haasz e Sandra Caselato

12/03 Princípios, Valores e Objetivo da CNV com Marcelo Pelizzoli

12/03 A essência do método da CNV com Cristiane Holanda

19/03 Relação da CNV com a Justiça Restaurativa com Monica Mumme e Carla Boin

26/03 Sentimentos e necessidades diante do conflito com Iuri Storch

26/03 Como expressar e receber com empatia as necessidades e sentimentos com Carol Nalon

02/04 Como praticar a CNV com a utilização do Jogo Grok com Sergio Luciano | Moderadora: Líllian Gondim

- **Curso online de Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz para Situações Menos Complexas – 4ª Edição**

Datas: 07 a 11/06/2021

Local: Plataforma virtual da Ajuris

Participante: Danúbia Rocha Vieira

Programação

Curso livre, de extensão das oportunidades de formação em Justiça Restaurativa, com enfoque teórico e prático desenvolvido em ambiente virtual e destinado à formação de facilitadores de círculos de construção de paz para aplicações em situações menos complexas.

- **XVIII Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil**

Data: 16/06/2021

Participante: Desa. Rosane Portella Wolff

Programação:

08h45 Acesso a plataforma

09h ABERTURA

Diretoria do Colégio de Coordenadores – Presidentes ABRAMINJ, FONAJUP e FONAJUV

09h30 Prov. 36/14-CNJ e Rec. 97/21-CNJ

Equipes multidisciplinares – distribuição da força de trabalho

Expositor: Eire Emilio Zimmermann – Chefe da Divisão de Projetos Estratégicos do Departamento de Planejamento do TJPR

09h50 Discussão e encaminhamentos do tema

10h30 Juízo 100% digital

Expositor: Doutor Fábio Ribeiro Porto – Juiz Auxiliar da Presidência e do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ

10h50 Discussões e encaminhamentos do tema

11h30 Pauta Administrativa:

1. Informes: encaminhamentos das deliberações do último encontro – participação no FONINJ
2. Composição das comissões legislativa e boas práticas
3. Definição do próximo encontro
4. Assuntos gerais

12h30 – Encerramento da plenária

- **Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil,**

Seccional de Santa Catarina

Participação no item de pauta “Atuação da OAB/SC para incrementar a empregabilidade dos adolescentes abrigados – Programa Novos Caminhos”

Data: 18/06/2021

5. Participação em cursos e eventos externos

Participantes: Desa. Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues e Bianca Maria Sebbem Lima

- **Live de capacitação das medidas socioeducativas em meio aberto**

Data: 30/06/2021

Local: Canal do *YouTube* "Desenvolvimento Social SC"

Participantes: Lilian da Silva Domingues e Danúbia Rocha Vieira

- **Reunião de Trabalho com as Equipes das Coordenadorias da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil**

Tema: Plano de trabalho para impulsionar o trabalho conjunto entre as CIJs

Data: 17/08/2021

Local: Reunião pela Plataforma Zoom

Participante: Lilian da Silva Domingues

- **Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul**

Conselho Nacional de Justiça

Data: 19 e 20/08/2021

Local: Canal do CNJ no *YouTube*

Participantes: Helena Berton Eidt, Cristine Pereira Tuon Sposito, Desa. Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues

Programação

Dia 19 de agosto

Abertura e Conferência Magna

Workshops

Workshop 1 – Planejamento familiar, pré-natal, parto e pós-parto à luz da importância estratégica dos primeiros 1000 dias

<https://youtu.be/q6lc8M5aaUA>

Workshop 2 – Reconhecimento da paternidade, enfrentamento do sub-registro de nascimento, desaparecimento e tráfico de crianças

<https://youtu.be/eE596pLGN5U>

5. Participação em cursos e eventos externos

Workshop 3 – Valorização da Parentalidade: apoio às famílias para formação e fortalecimento de vínculos na primeira infância

<https://youtu.be/GI8zHpL1jY0>

Workshop 4 – Neurociência do desenvolvimento, saúde mental, inclusão e determinantes sociais da saúde na primeira infância

<https://youtu.be/YvAtOsjcRpY>

Workshop 5 – Educação na primeira infância e os desafios para ampliação do acesso com qualidade <https://youtu.be/6kP0FRFyYuo>

Dia 20 de agosto

Painel I – Aprimoramento do Sistema de Justiça para proteção e promoção do desenvolvimento na primeira infância

Painel II – Práticas intersetoriais inovadoras na Região Sul

https://youtu.be/tTyX_2GYkGw

Workshop 1 – Garantia do direito à convivência familiar entre filhos e mães/pais privados de liberdade

<https://youtu.be/cjly2vrMi2M>

Workshop 2 – Proteção e promoção do desenvolvimento no contexto de ruptura de vínculos, acolhimento, reintegração familiar ou adoção

Apresentação do Prêmio Adoção Tardia (Senador Fabiano Contarato)

<https://youtu.be/9s960ukKZU8>

Workshop 3 – Direito ao brincar, cultura e meio ambiente seguro e prevenção do trabalho infantil, da violência e de acidentes

<https://youtu.be/Wkfg4TzMDzo>

Workshop 4 – Integração e sustentabilidade das políticas públicas para Primeira Infância: avanços e desafios

<https://youtu.be/qml9kUPThaA>

Workshop 5 – Primeira infância em tempos de Covid 19: perspectivas para proteção e promoção do desenvolvimento integral

<https://youtu.be/xh45Ql-gYWQ>

- **III Congresso Nacional de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz**

Data: 21/09/2021

5. Participação em cursos e eventos externos

Local: Plataforma virtual da Univali

Participantes: Lilian da Silva Domingues e Danúbia Rocha Vieira

Programação:

08h Abertura – Coordenador da Escola de Direito

08h30 Palestra com Juiz Alexandre Karazawa Takaschima – A implementação da Justiça Restaurativa em Santa Catarina

09h30 às 10h00 – Rodada de perguntas

10h Palestra com Paloma Machado Graf – Projeto Circulando Relacionamentos: Justiça Restaurativa e Violência Doméstica na Comarca de Ponta Grossa/PR

10h30 às 11h – Rodada de perguntas

14h às 17h – Oficina com a Facilitadora Márcia Sarubbi Lippmann – Vivenciando as práticas restaurativas no ambiente escolar

19h Palestra com a Juíza Renata Sanchez Guidugli Gusmão – Justiça Restaurativa e a Experiência do Núcleo de JR de Santos/SP

20h às 20h – Rodada de perguntas

20h30 Palestra com Paulo Moratelli – Tropicalizando a Justiça Restaurativa: Atendendo a Situações Complexas e Crimes Graves no Contexto Brasileiro.

21h30 às 22h – Rodada de perguntas

22h às 22h30 – Encerramento

- **Solenidade de Lançamento da Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Data: 23/09/2021

Local: Plataforma virtual do TRF4

Participante: Danúbia Rocha Vieira

- **Seminário Nacional e Internacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância – Um Tributo a Zilda Arns**

5. Participação em cursos e eventos externos



Desembargadora Rosane Portella Wolff, Coordenadora da CEIJ, recebe o Prêmio Medalha Zilda Arns Neumann de boas práticas em prol de crianças e adolescentes e participa de mesa-redonda com o tema "O SGD e a Proteção à Infância no Sistema de Justiça".

Data: 06 e 07/10/2021

Local: Forquilha/SC

Programação

Dia 06/10/2021

8h Credenciamento

8h30 Abertura e Cerimônia de Outorga do Prêmio Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância

10h Mesa 1 AS INFÂNCIAS NO MUNDO

Painel 1 Tema: A Proteção à Infância em tempos de pandemia – Luís Pedernera Reyna – Presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU e Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Painel 2 Tema: Participação Cidadã no Fortalecimento da Proteção à Infância nas Mídias Sociais – José Raimundo Carneiro de Oliveira (Zé Raimundo) – Jornalista – Rede Globo

Facilitador: Carlos Nicodemos – Movimento Nacional Direitos Humanos e Projeto Legal RJ

12h30 Intervalo para almoço

13h30 Mesa 2 – Tema: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Painel I Maria Isabel Quiros Jimenez – Fundacion Fe y Alegria – Colombia

5. Participação em cursos e eventos externos

Painel II Padre José Rosario Marroquin Farrera – Pastoral de Pueblos Originarios Y Afromexicanos – México

Painel III Ranieri Lima Dias – Fraternidade Sem Fronteiras – Mato Grosso do Sul

Painel IV Carlos Nicodemos – MNDH Movimento Nacional Direitos Humanos e Projeto Legal RJ

Facilitador: Maristela Cizeski – Pastoral da Criança Internacional e Presidente do CEDCA/SC

Dia 07/10/2021

8h30 Mesa 3 – O SGD E A PROTEÇÃO À INFÂNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Painel I Delegada Waldelice da Silva Carneiro – Amapá

Painel II Juíza Sandra Merenda – Porto Velho Rondônia

Painel III Desembargadora Rosane Portela Wolff – SC

Facilitador: Cleber Paes – advogado – Vice-presidente do CEDCA/SC

12h Intervalo para almoço

13h30 Mesa 4 – DESAFIOS NO CUIDADO DA INFÂNCIA
ALTERNATIVAS AO ACOLHIMENTO

Painel I ACERBRASIL – Jonathan Hannay (Inglaterra)

Painel II Família Acolhedora da Comarca Ascurra – SC

Facilitadora: Janice Merigo – FECAM

O COMBATE AO TRÁFICO DE CRIANÇAS

Painel III Ir. Roselei Bertoldo – Rede Um Grito Pela Vida – REPAN – Manaus – AM

Painel IV Ir. Marie Henriqueta Ferreira Cavalcanti – Comissão Justiça e Paz da CNBB – Pará

Facilitadora: Lilian Arns – Presidente do CMDCA Forquilha, Coordenadora Diocesana da Pastoral da Criança e Presidente do Instituto Arns

17h30 Encerramento

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargadora-do-pjsc-recebe-premio-por-trabalho-em-favor-de-criancas-e-adolescentes>

5. Participação em cursos e eventos externos

<https://www.forquilha.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/5694/codNoticia/700015>

- **Palestra magna “Justiça Restaurativa – desafios atuais do Conselho Nacional de Justiça” – conselheiro do CNJ e coordenador do Comitê Nacional de Justiça Restaurativa Luiz Fernando Tomasi Keppen**

Data: 11/10/2021

Local: Plataforma virtual da Enfam

Participante: Danúbia Rocha Vieira

- **Lançamento da Rede de Justiça Restaurativa e do curso “Essência da Justiça Restaurativa” pelo Comitê Nacional de Justiça Restaurativa do CNJ**

Data: 03/11/2021

Local: Plataforma de videoconferência do CNJ

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues e Danúbia Rocha Vieira

- **XIX Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça**

XXVIII Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV) e XI Fórum Nacional da Justiça Protetiva (FONAJUP)

Data: 10, 11 e 12/11/2021

Local: Porto Alegre

Participante: Desembargadora Rosane Portella Wolff

<https://abraminj.org.br/xix-encontro-do-colegio-de-coordenadores-da-infancia-e-juventude-dos-tribunais-de-justica-tem-inicio-em-porto-alegre/>



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Projeto Gráfico: Assessoria de Artes Visuais – Núcleo de Comunicação Institucional



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Projeto Gráfico: Assessoria de Artes Visuais – Núcleo de Comunicação Institucional